



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 3 - Políticas, Gestão e Avaliação Pós-LDBEN

(DES)IGUALDADE E (IN)JUSTIÇA NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Juvenílto Soares Nascimento – UFSCar*
Fabricio Cardoso da Silva – IFG/GO**

Resumo: Esta pesquisa aborda o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), enquanto política pública, mas também como exame de seleção e de eliminação. O objetivo é o de apresentar se, e como, o exame tem se legitimado. Apresenta-se uma análise quanti-qualitativa dos dados provenientes de uma pesquisa empírica, cujos respondentes são professores e alunos de três escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal. O referencial teórico é composto por autores como: Bourdieu (2014); Bourdieu e Passeron (2012; 2015); Bianchetti (2001); e Valle (2013a; 2013b). Os resultados atestam o êxito do Exame em legitimar a si e ao seu processo de seleção. Isso se comprova pela ampla adesão e pelo fato de que a maioria dos participantes – 75,33% dos estudantes e 62,5% dos professores – avaliam sua forma de seleção como justa, pautados na igualdade formal, não obstante as desigualdades materiais entre os candidatos.

Palavras-chave: ENEM. Seleção. (In)justiça.

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998, sob o pretexto de avaliar e subsidiar a melhoria dessa etapa de ensino. Por ocasião de sua reformulação em 2009, passou a exercer a seleção de candidatos para o acesso à educação superior, em função similar à dos tradicionais exames vestibulares. Para empoderamento e legitimação do ENEM, dentre outras estratégias, atrelaram-lhe uma série de relevantes políticas públicas, como a de cotas e a de financiamento. Como lembra Nascimento (2018), dentre as estratégias de legitimação adotadas pelo MEC, estão o discurso da igualdade e da ampliação do acesso.

Contudo, uma vez que se trata de um exame, também desempenha sua função de eliminação, de modo a dissimular a relação entre o sistema escolar e as relações de classe, como lembram Bourdieu e Passeron (2012; 2015). Na edição de 2017 – a primeira sob a regra prévia de não divulgação dos resultados para ranqueamento de escolas e também sem a prerrogativa da diplomação de estudos – registraram-se 6.731.186 inscritos, que concorreram a 239.601 vagas, em instituições de ensino superior (IES) públicas; e a 242.897 vagas, em IES privadas. Para cada candidato selecionado, o Exame eliminou 12,95 candidatos, de modo que o Exame tem se notabilizado pela ampla participação, mas também pela alta

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: 100nilton@gmail.com.

**Mestre em Educação. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – (IFG/GO). E-mail: fabricao.educa@hotmail.com.



seletividade/eliminação. Assim, procura-se responder à pergunta objetiva: o ENEM alcançou êxito em se legitimar como um processo seletivo justo?

Materiais e métodos

Com o intuito de responder à questão supracitada, este estudo centrou-se no aspecto da (in)justiça, que está inerentemente relacionada às (des)igualdades. Para tal, na pesquisa empírica, como principal instrumento de coleta de dados empregaram-se questionários, que foram aplicados a 254 estudantes de 2º e 3º anos e 24 professores de três escolas públicas de ensino médio no Distrito Federal. Os questionários buscaram, entre outras coisas, aferir se os agentes sociais participantes avaliavam como justo ou injusto o processo de seleção do ENEM. De um universo total de aproximadamente 1800 alunos nessas séries escolares e 80 professores, participaram da pesquisa 254 estudantes e 24 professores.

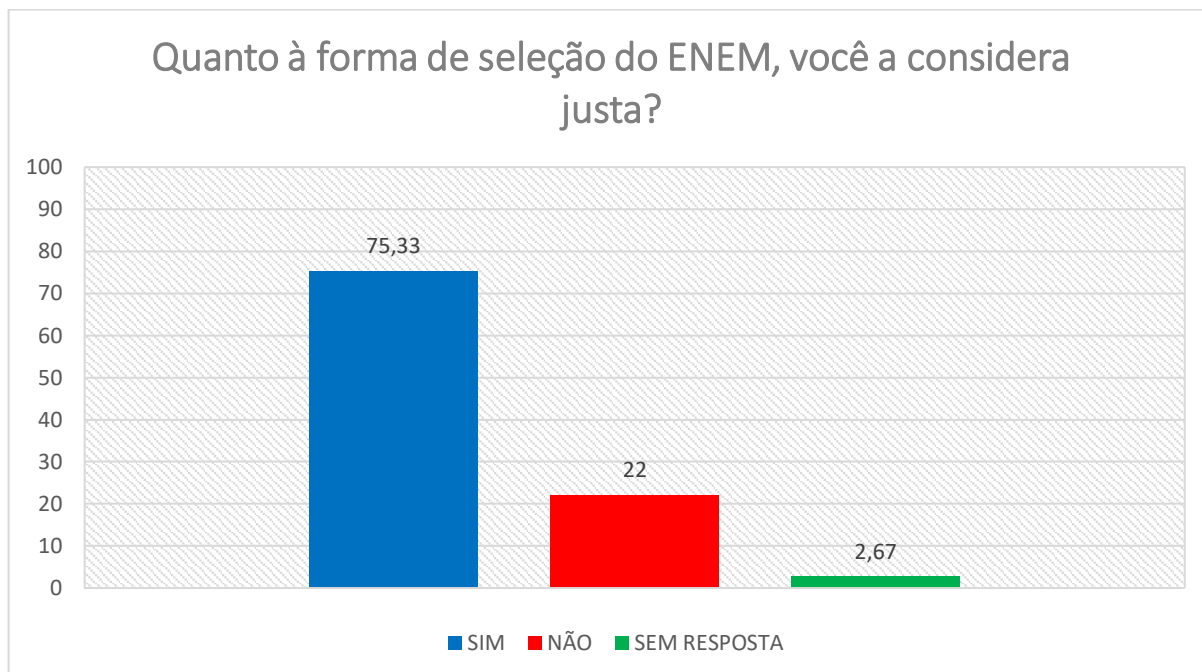
Por compreender a relação intrínseca entre os dados quantitativos apurados e os qualitativos que os contextualizam e subsidiam sua compreensão, a análise tem abordagem quanti-qualitativa. Dessa forma, busca-se preservar a “unidade de quantidade e qualidade” (TRIVIÑOS, 1990, p. 67), tão essencial para determinadas pesquisas no campo das ciências sociais e humanas.

Discussão dos resultados

Bourdieu e Passeron (2012) esclarecem que o discurso neoliberal proclama a equidade, que corresponde apenas à igualdade formal. Porém, como ressalta Valle (2013a), o desprezo pela igualdade material-concreta é próprio dos regimes de dominação, e não exclusividade do neoliberalismo.

Segundo Bianchetti (2001), envolvendo as injustiças sociais em eufemismos, o neoliberalismo busca se legitimar com o discurso de que a justiça é um conceito moral e que apenas os indivíduos e seus atos podem ser chamados de justos ou injustos. Nessa perspectiva, apregoa que tanto o êxito quanto o fracasso são o resultado das escolhas do próprio indivíduo. O autor entende que o neoliberalismo é uma adaptação do sistema capitalista com o intuito de se manter hegemônico, de modo que, para isso, busca conservar as desigualdades.

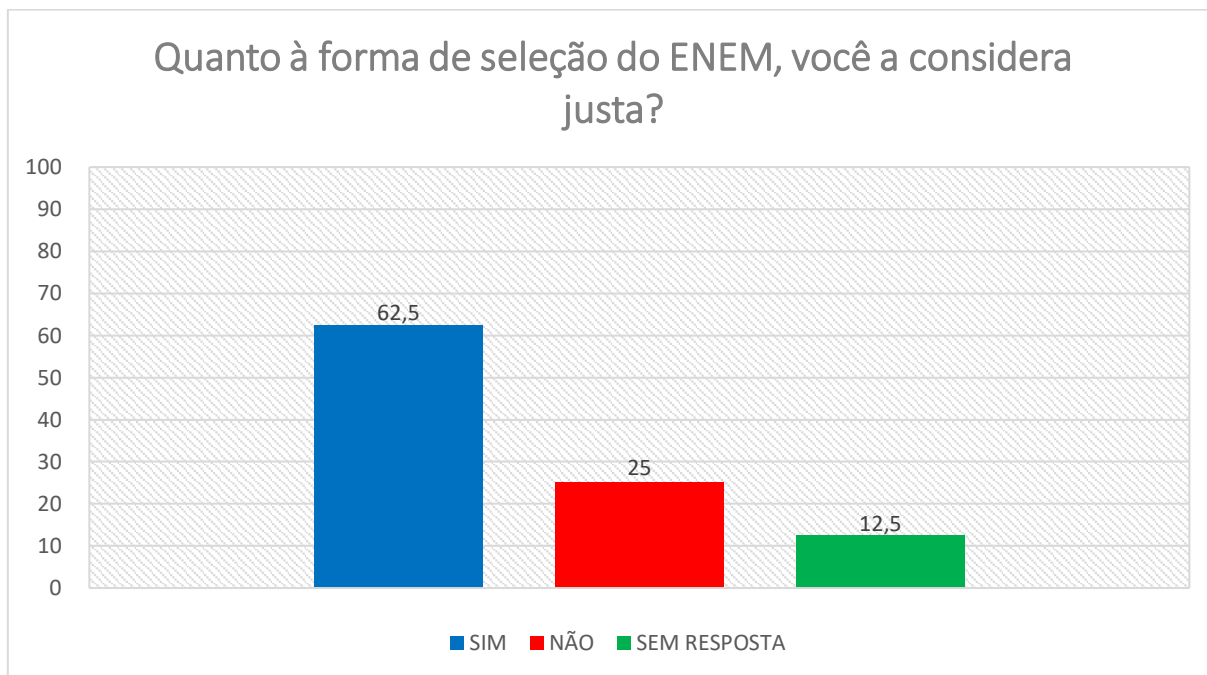
Por sua natureza de exame, o ENEM favorece aos estudantes oriundos de classes sociais privilegiadas, eliminando os desprivilegiados. Assim, buscou-se conhecer o posicionamento dos agentes em questão acerca desse Exame a fim de entender se o legitimam ou se fazem uma leitura contestatória, de resistência, em particular quanto à sua forma de seleção. As respostas de discentes e docentes estão representadas nos gráficos 01 e 02:

Gráfico 01 – Avaliação discente da forma de seleção do ENEM (%)

Fonte: Dados da pesquisa

O alto índice de estudantes que atribuem como justa a forma de seleção do ENEM confirma, pois, o apontado por Bourdieu quanto à legitimação dos Exames, operando “[...] a eliminação submissa apenas às normas da equidade escolar, portanto formalmente irrepreensível [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 195). Isso porque os respondentes que aprovam sua forma de seleção se pautam em aspectos como a qualidade das provas e a seleção dos mais bem preparados, que são elementos próprios da igualdade formal. Logo, a forma de o ENEM selecionar (e eliminar) é considerada justa devido à igualdade formal, e não à igualdade concreta, conforme adverte Valle (2013b).

Buscou-se também verificar se a legitimação do exame e de seus mecanismos de seleção ocorre entre os professores, cujas índices aparecem representados no gráfico 02:

Gráfico 02 – Avaliação docente da forma de seleção do ENEM (%)

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que o índice de aprovação do ENEM pelos estudantes (75,33%) superou significativamente os índices de aprovação pelos professores (62,5%), mas ambos os percentuais são elevados. Além disso, entender que a seleção operada por um exame de seleção (e eliminação) é justa, não obstante todas as desigualdades objetivas entre os candidatos das distintas classes sociais, constitui-se como próprio de uma escola conservadora, como aponta Bourdieu (2014).

Entretanto, apesar de esses índices serem expressivos (75,33% e 62,5%), no questionário alguns desses estudantes e professores reconheceram, à sua maneira, que as condições de aquisição cultural são diferentes para estudantes de frações de classes distintas. Os índices elevados de aprovação do Exame como justo revelam a alta influência do poder simbólico em sua legitimação, de modo que tem imposto como legítimo o critério de igualdade formal. Tal imposição torna possível velar a desigualdade material com que os estudantes disputam entre si e a alta eliminação dos candidatos pelo Exame.

Destaca-se que, na esteira da “meritocracia” e envolvendo as injustiças sociais em eufemismos, o próprio neoliberalismo busca legitimar a si e a toda sua estrutura com o discurso de que a justiça é um conceito moral e que apenas os indivíduos e seus atos podem ser chamados de justos ou injustos, como lembra Bianchetti (2001). Nessa perspectiva, apregoa que tanto o êxito quanto o fracasso são o resultado das escolhas do indivíduo e não influenciados pelo meio com o qual o indivíduo se relaciona. Sob essa lógica, o ENEM não eliminaria os candidatos, pois os eliminados é que seriam os responsáveis por sua própria

eliminação, de tal forma que na edição de 2017, por exemplo, o Estado estaria escusado da demanda reprimida de ensino superior, mas dos 12,95 eliminados para cada vaga preenchida. Trata-se, na verdade, de um artifício de desresponsabilização do Estado.

Considerações finais

Identifica-se que o empoderamento do ENEM e as estratégias discursivas alcançaram êxito em legitimar o Exame como justo, velando a eliminação dos candidatos desprivilegiados. Os índices de legitimação da forma de seleção do ENEM, tanto por professores (62,5%) quanto por alunos (75,33%), são elevados. Os respondentes que apontaram a forma de seleção do Exame como justa se pautam em aspectos próprios da igualdade formal, como a qualidade das provas e a seleção dos candidatos mais bem preparados. Essa perspectiva de igualdade e de justiça, ao ignorar a demanda reprimida de vagas no ensino superior e as desigualdades que afrontam a igualdade concreta, ignora igualmente que apenas uma minoria dos estudantes pode competir com reais possibilidades de aprovação.

O engodo neoliberal busca eximir o Estado da oferta reprimida e o ENEM, na condição própria de exame, de sua tarefa de eliminação dos candidatos, buscando legitimar que os eliminados é que seriam os responsáveis por sua própria eliminação, discurso este que legitima a ideia de meritocracia. Sob tal lógica, o Estado busca se escusar da demanda reprimida, desresponsabilizando-se também das desigualdades.

Referências

- BIANCHETTI, R. G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 56).
- BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, P. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Trad. de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 1. reimpr. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2015.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1990.
- VALLE, I. (In)justiça escolar: estaria em xeque a concepção clássica de democratização da educação? *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 39, n. 3, p. 659-671, jul./set. 2013a.
- VALLE, I. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, n. 48, p. 289-307, abr./jun. 2013b.

2021 Coloque em sua Agenda
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educacao>

Informações:

geplageufscar@gmail.com

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educacao>